

# EU SÓ QUERIA ANDAR EM PAZ

## A vivência trans e padrões de violência em bairros de João Pessoa/PB

*I JUST WANTED TO WALK IN PEACE*  
*Trans experience and patterns of violence in neighborhoods of João Pessoa/PB*

**Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega<sup>1</sup> e Ana Gomes Negão<sup>2</sup>**

### Resumo

Este artigo traz sobreposições de análises envolvendo o potencial de movimento, utilizando a lógica social do espaço, com o geoprocessamento de dados sobre violência contra pessoas trans — gerados a partir da interpolação de densidade estimativa (*kernel heatmap*) das experiências mapeadas. Como estudo de caso utilizou um recorte espacial na zona sul de João Pessoa, PB. Objetiva apontar possíveis relações do perfil de violência transfóbica com o espaço urbano. Para isso, o método consistiu no levantamento das hostilidades vivenciadas com um questionário que, posteriormente, foram levadas ao software Qgis 3.22 e interpoladas. Concomitantemente, foi realizada a análise angular de segmentos no Depthmap X da malha viária e, por fim, feita a sobreposição dessas interfaces. Como resultado, evidencia-se a tendência de afinidade entre tipos distintos de violência com os níveis de integração da malha viária, considerando o movimento potencial.

Palavras-chave: violência urbana, interpolação estimativa de densidade, transfobia, interseccionalidade, movimento potencial.

### Abstract

*This article overlaps analyses involving the potential for movement, using the social logic of space, with the geoprocessing of data on violence against trans people - generated from the interpolation of density estimates (kernel heatmap) of the mapped experiences. The case study used a spatial section in the south of João Pessoa, PB. The aim is to identify possible relationships between the profile of transphobic violence and urban space. To do this, the method consisted of surveying the hostilities experienced with a questionnaire, which was then taken to Qgis 3.22 software and interpolated. At the same time, the angular analysis of segments was carried out on Depthmap X of the road network and, finally, these interfaces were overlaid. As a result, the trend of affinity between different types of violence with the levels of integration of the road network is evident, considering its potential movement.*

*Keywords: urban violence, density estimation interpolation, transphobia, intersectionality, potential movement.*

<sup>1</sup> Especialista (Prominas, 2024) e mestrando; Aluno do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFPB; abraao.nobrega@academico.ufpb.br

<sup>2</sup> Doutora (UFRN, 2018) e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação PPGAU-UFPB; agnegrao@hotmail.com

### Introdução

“Todo dia morre mais de uma das minhas, espero que isso mude. Espero que a raiva pare de andar ao meu lado. Espero que o medo pare de me acompanhar. Mas eu ‘to [sic] cansada de esperar, eu mereço parar de esperar [...]” (Urias, 2019: 1:25-1:40). Conforme a cantora Urias descreve, andar em paz pode ser considerado um privilégio ao qual muitas pessoas não conseguem ter acesso pleno. Principalmente quando se foge ao arquétipo construído no imaginário coletivo como o padrão do ideal social, que é comumente representado como homens cisgêneros<sup>3</sup>, brancos, heterossexuais, sem deficiências e de classe média alta.

Sendo assim, embora que ter medo do que a vivência urbana pode proporcionar seja algo corriqueiramente incrustado no pensamento, principalmente em grandes centros e capitais, ao ser parte de algum grupo que transgride a imagem do ideal, esses receios extrapolam para além do “senso comum” de crimes patrimoniais como furtos e assaltos. Torna-se parte do imaginário para pessoas dentro de minorias sociais<sup>4</sup>, medos direcionados à própria integridade física e psicológica, atrelados a movimentos de ódio como a misoginia, racismo e LGBTfobia, afetando a forma como vivem e se apropriam dos espaços urbanos (Martins, Fernandes Filho e Barros, 2020; Prado, 2021).

Mesmo que o monólogo da cantora Urias presente na música “*Andar em paz*” seja alinhado com sua experiência de vida, a abordagem da relação entre violência e a vida de travestis e pessoas transgêneras corrobora com diversos estudos a nível nacional e internacional. Por exemplo, no dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) ou no da *Transgender Europe* (TGEU), o Brasil se configura como o país que, em 2023, matou mais travestis e pessoas transgêneras no planeta, chegando a concentrar mais de trinta por cento dos casos globais (TGEU, 2024). Além disso, permanece invicto como líder no ranking global de mortes trans desde 2009 (Benevides, 2024; TGEU, 2024).

Dito isso, entende-se que questões identitárias — neste trabalho sendo discutida a expressão de gênero —, além da orientação sexual, raça/cor, renda, educação, condições físicas e outras; são fatores basais em respeito a problemática da violência urbana. Para Gomes, Oliveira e Dias (2022), após um estudo de revisão sistemática sobre estratégias públicas de enfrentamento à violência, essa é uma questão de saúde pública e de ordem multifatorial, sendo um fenômeno altamente influenciado por questões como “ambientes insalubres, má distribuição de renda, desemprego, dependência química, questões raciais, baixo nível educacional, isolamento social [...]” (Gomes, Oliveira e Dias, 2022, p.79).

Nesse contexto, este artigo busca suprir um pouco a lacuna com relação a estudos que considerem como violências urbanas fundamentadas em práticas de ódio — no caso deste trabalho havendo foco na transfobia —, relacionam-se a padrões espaciais de movimento potencial<sup>5</sup>. Cabe reforçar que este trabalho é um recorte aplicado na base

<sup>3</sup> Entende-se o termo “cisgênero” como a expressão de gênero em que há a congruência entre o sexo biológico e a identidade de gênero do indivíduo. Por exemplo, uma pessoa que ao nascer foi designada com o sexo masculino e entende-se enquanto um homem, esse é um indivíduo cisgênero, conforme Nascimento (2021) aborda em sua discussão sobre a fabricação social de gênero.

<sup>4</sup> Cabe pontuar, no entanto, que o termo minoria social não reflete diretamente uma lógica numérica do contingente populacional do grupo, mas sobre a concentração de poder dentro da hierarquia da sociedade.

<sup>5</sup> O termo “movimento potencial” é uma abstração conceitual utilizada em estudos alinhados à teoria da

de dados levantada e produzida em uma pesquisa anterior que buscava comparar como os padrões de densidade estimativa de violência se comportavam em relação ao espaço físico. Foi acrescida a abordagem metodológica sobre movimento potencial que foi apontada como uma possível continuação.

Dessa maneira, aqui é discutida uma fração dos achados originais com adição de uma nova abordagem e com maior ênfase ao padrão de violência contra travestis, homens e mulheres transgênero e pessoas não-binárias. Esse acréscimo foi sugerido em prol dos resultados anteriores com a configuração viária do recorte, tendo um maior alinhamento com eixos tidos como norteadores para os fluxos. O que fundamentou a hipótese de que diferentes situações de violências estão alinhadas com maior ou menor integração. No caso de pessoas trans, partiu-se do pressuposto de que as experiências vivenciadas pelo grupo estariam alinhadas às vias mais segregadas do sistema, em prol da marginalização imposta ao grupo.

Tem, como objeto empírico, um recorte composto por nove bairros na zona sul da cidade de João Pessoa, Paraíba. Sua escolha foi definida com base num raio de três quilômetros de influência a partir de dois polos universitários, os campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Teve, como objetivo central, entender a concentração de comportamentos violentos nos bairros “universitários” e como esses padrões se relacionam às qualidades físicas do espaço, com ênfase no movimento potencial.

Para isso, a pesquisa contou com uma abordagem metodológica de ordem quali-quantitativa, utilizando modelos da forma urbana e estrutura viária. Realizou-se através de uma tripartição de focos, tendo inicialmente uma análise fenomenológica desenvolvida por meio de um questionário público, aplicado em 2022, buscando entender o perfil social e os lugares onde aconteceram as violências. Posteriormente, houve a espacialização dessas experiências através do georreferenciamento dos dados e o processamento via mapas de calor. Por fim, a investigação física foi atrelada à aplicação da leitura sintática do espaço, através da Análise Angular de Segmentos (ASA), com base no modelo viário *Road Center Lines* (RCL) para entendimento das afinidades entre concentração de violência e de movimento potencial.

### Reflexões teóricas sobre o medo e a produção do espaço físico

Autores como Andrade (2011) ou Dias e Jesus (2019) versam sobre a relação entre o medo e a produção do espaço edificado. Para eles, a segregação socioespacial é um fenômeno intrínseco no modelo de sociedade que vivenciamos, mas que apresenta soluções mais rígidas com o passar do tempo. Além disso, com um favorecimento à separação entre o meio edificado e o urbano, há cada vez mais a criação de barreiras — não necessariamente ou exclusivamente físicas — que dificultam o acesso e a interlocução.

---

lógica social do espaço. Ele refere-se a uma previsão de como seria a intensidade do movimento em determinado eixo viário ao ser realizadas análises como a integração axial ou a integração via análise angular de segmentos. Em síntese, expressa a potencialidade de classificar a tendência do movimento em uma via, a partir de sua configuração formal, em níveis de fluxo, por exemplo, em intenso, moderado ou baixo.

Essa sobreposição de camadas de dificuldade, que gera uma divisão entre os grupos presentes no espaço e a arquitetura, acaba servindo como “alimento” para o medo. Dessa maneira, há a consolidação de um ciclo que se retroalimenta em um processo fortemente influenciado pela propagação da mídia e de manchetes sensacionalistas que mercantilizam o medo. Assim, com a construção de um imaginário social diretamente impactado pela incerteza do que a violência urbana pode proporcionar, justifica-se a utilização de estratégias de fortificação da arquitetura e uma negação à rua, favorecendo seu esvaziamento. Em consequência, há o aumento de uma certa aversão ao espaço público e de seus frequentadores, num discurso facilmente comprado pela população de classe média-alta para justificar quaisquer meios utilizados em prol de sua segurança (Spósito e Goés, 2013).

Caldeira (2003, p.211) reforça que “as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação”. Por sua vez, Spósito e Goés (2013) discutem o impacto da mídia e do discurso utilizado como estratégia que justifica as soluções arquitetônicas adotadas para alimentar essa separação. As autoras alinham como o (auto)isolamento da classe média e o fortalecimento da segurança privada se articulam com a construção da narrativa que justifica a necessidade de segregar e garantir a consolidação de barreiras, independente do mecanismo atrelado, inclusive a violência. Uma vez que, em prol de salvaguardar determinados recortes urbanos e grupos sociais, há um conjunto de válvulas de escape que justificam as negligências, crueldades e níveis de tolerância para o que pode ser feito e com quem pode ser feito (Spósito e Goés, 2013).

O discurso das autoras vai ao encontro com a crítica trazida por Cida Bento em sua obra “*O pacto da branquitude*”. Para ela, as instituições de qualquer ordem (privada, pública e até de sociedade civil) definem o modo de funcionamento da sociedade e têm o poder necessário para impactar situações, processos, sistemas sociais, valores e o imagético público. Sendo assim, como homens brancos normalmente estão em espaços de decisão e poder, seus interesses são majoritariamente refletidos em suas ações e planejamentos (Bento, 2022).

Nesse sentido, cabe a reflexão de como os indicadores sociais são determinantes no modo que a cidade é construída e pensada. Uma vez que, graças a rede de privilégios garantidos para aqueles encaixados no topo da hierarquia, as referências que baseiam as decisões em respeito a elementos como infraestrutura, design dos espaços, disposição de mobiliários, diretrizes de planejamento para fachadas e equipamentos; são centradas na perspectiva do grupo dominante. Em outras palavras, as cidades são desenvolvidas e planejadas por e para homens cisgêneros, brancos e héteros.

Dito isso, conforme Tiburi (2020) defende, a tendência é de que quem esteja no topo de hierarquia social e, conseqüentemente, concentrando uma maior sobreposição de privilégios, vivencie de maneira atenuada a violência. Podendo entender os privilégios como um sistema de vantagens gerados por indicadores como: posição social, política e/ou econômica, identidade e expressão de gênero, raça/grupo étnico, orientação sexual, condição física e outros. Nesse caso, em prol dessa sobreposição, a cidade é pensada por uma ótica excludente e que não abrange as necessidades de todos os cidadãos.

Como Beauvoir (1970) explica, o gênero é um processo de construção social e que produz um sistema de normas que designam papéis, funções, hierarquias e locais de

pertencimento diferentes entre homens e mulheres. Já segundo Negrão *et al.* (2023), o gênero é um dos matizes de definição dos papéis sociais que balizam a apropriação do espaço. Sendo assim, a construção dos papéis de gênero marca também a lógica dos deslocamentos e do uso. Ainda conforme Negrão *et al.* (2023), os espaços reservados ao homem e à produção, em geral, distam da zona residencial, sendo de ordem pública, enquanto que os reservados à mulher acabam por se incluir como extensões do próprio lar, em atividades domésticas e reprodutivas, sobretudo as de cuidado, em uma lógica privada.

Dessa maneira, pensar a cidade com base nas necessidades masculinas, reflete em desafios para a apropriação dos espaços públicos para mulheres (aqui se considerando tanto cis quanto trans), como também para outros grupos sociais que tenham suas vivências impactadas em percepções reducionistas dos papéis de gênero. Uma vez que, embora existam diferenças biológicas, as identidades e expressões de gênero são transmitidas via dispositivos de socialização, de maneiras de ser, pensar e agir, havendo uma separação de fatores físicos para com os sociais, conforme defende Guillemaut (2021) apud Guionnet e Neveu (2004). Sendo assim, observando a expressão do gênero, pessoas que subvertem o sistema imposto na relação sexo/gênero, também vivenciam a cidade de maneira segregada. Disso, percebe-se que o espaço urbano é desigual e, em se tratando de grupos minoritários, conforma uma relação de não pertencimento, de não-lugar (Calió, 1997, Augé, 2007).

Desta forma, podemos questionar: como se dá a relação entre as estratégias de fortificação arquitetônica, esvaziamento das ruas e a segregação viária com a exclusão social e a violência, principalmente ao concentrar a discussão na população transgênera e travesti? Conforme Bento (2022) aponta, na estrutura social enraizada não apenas no Brasil, há uma herança escravocrata que reflete na contemporaneidade em questões como: acesso a serviços fundamentais, distribuição de renda, concentração de poder, hierarquia social e de privilégios, entre outros. Sendo assim, observando inicialmente apenas o tocante racial, para a autora, há uma espécie de pacto intrínseco no modelo social vigente, que traz benefícios contínuos — independente da aceitação ou revolta — para pessoas brancas em detrimento aos demais grupos racializados (pretos, pardos e indígenas).

Esse pacto “possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro [...]” (Bento, 2022 p.18, aspas da autora). Desse modo, com o enraizamento no imagético social de um modelo que centraliza um tipo de indivíduo como o ideal, há também a consolidação daqueles que são os “outros”. Um conceito muito próximo ao que Beauvoir (1970) apontava como o lugar social das mulheres pelo seu não reconhecimento com os direitos dos homens, sendo descrito como o “outro”. E isso acarreta na possibilidade de tratamento diferente entre aqueles que estão no *locus* ideal, sendo lidos como o sujeito símbolo, em detrimento aqueles considerados de fora, normalmente os grupos socialmente minorizados, em uma visão clara do “nós contra eles” (Bento, 2022).

Sobre esse contexto, Negrão *et al.* (2024) ressaltam que as desigualdades são interseccionais e resultam da discriminação “cruzada e multicausal” entre os marcadores de diferença. Desse modo, afetando mais pungentemente pessoas que compartilham de mais de um marcador, por exemplo, mulheres trans simultaneamente pretas, não-héteros e periféricas. Essa intersecção de fatores repercute diretamente

em sua experiência na cidade, tolhendo suas possibilidades de uso e de apropriação, conforme discutem Gamrani e Tribouillard (2021).

Nesse cenário, cabe uma dissociação entre o que seria a violência urbana como um conjunto geral de experiências, as quais todos estão suscetíveis e que acaba sendo o maior foco na discussão de obras como a de Spósito e Goés (2013) ou a de Caldeira (2003); para uma reflexão mais específica que seria sobre as violências pautadas em aspectos de preconceito, ódio e segregação. Arendt (2001) reflete que a violência se apresenta como um mecanismo de controle entre grupos, sendo a forma máxima de representação da concentração de poder na hierarquia social. Uma vez que ela se justifica exatamente em um mecanismo de manutenção do medo que reforça a relação de submissão entre diferentes pontos da hierarquia.

Dito isso, quando se observa a conexão entre violência pautada em ódio e o espaço físico, percebe-se que embora as estratégias de afastamento (como barreiras físicas, muros altos, paisagismo espinhoso, mobiliário hostil e outros) sejam direcionados a uma parcela específica da população — comumente em classe econômica mais baixa e/ou em situação de rua —, são elementos que afetam diretamente a vivência dos demais grupos. Além disso, também impactam no esvaziamento das ruas, servindo como mais um mecanismo de fomento ao medo que afeta, com maior ênfase, as minorias sociais, seja por motivos de gênero (englobando a vivência de mulheres cis e trans, travestis e demais pessoas do espectro trans), de raça, de orientação sexual ou de condição física.

Nesse contexto, para Oliveira (2017), a violência destina lugares específicos para os diferentes grupos sociais, completamente atrelada aos valores efetivados através das relações de poder. Dessa maneira, ao se encontrar no noticiário, de modo recorrente, manchetes como “Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado [...]”<sup>6</sup> em que a vítima evoluiu a óbito, ou “Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia”<sup>7</sup> que também pontua sobre mais duas mortes em menos de um mês, motivadas pelo ódio em prol de suas identidades; percebe-se uma banalização da violência contra pessoas transgêneras.

Conforme Nascimento (2021) reforça, há uma vulgarização de corpos transgêneros e travestis, muitas vezes alinhada até mesmo a uma desumanização, traduzindo a vida dessas pessoas a uma “coisa”, a algo que pode ser destruído em prol do ódio e da discordância com outros modos de vida. É evidente que a violência e o crime de ódio são processos estruturados e enraizados na sociedade, além de serem reflexos de aspectos comportamentais e que o espaço arquitetônico e até mesmo urbano não podem, sozinhos, serem apontados como justificativa ou como base para uma possível solução da problemática.

6 G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela.* 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2024.

7 G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia.* 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2024.

No entanto, também não é possível discordar que há uma relação intrínseca entre determinados elementos e padrões espaciais com situações de maior percepção de insegurança e até mesmo de recorrência de crimes. Miranda e Van Ness (2020), apontaram para uma correlação entre elementos como a visibilidade, integração viária, facilidade topológica de movimentação, quantidade de acessos por trecho urbano, tipos de uso, forma de implantação das edificações, iluminação e co-presença de pessoas com a concentração das ocorrências de crimes sexuais em Roterdã. No estudo em questão, as autoras mostraram como havia uma repetição de padrões em questões de concentração de mulheres em tipos específicos de vias, ou que havia uma tendência de crimes sexuais acontecerem em regiões com problemas infraestruturais e de baixa diversidade e acessibilidade.

Dito isso, ao se realizar uma sobreposição dos indicadores de qualidade física do espaço, considerando sua produção marcada pelo medo e com estratégias de afastamento, com a vivência social de pessoas trans em um país que é líder no ranking de mortes anuais há mais de uma década; tem-se um resultado evidente. Principalmente ao se considerar o quanto pessoas transgêneras e travestis são marginalizadas e segregadas da sociedade em decorrência de sua quebra com as expectativas e papéis de gênero.

Uma vez que, comumente são expulsas de casa, vivendo em situações de extrema insegurança, de violência doméstica e de evasão escolar causada pela transfobia estrutural. Isso acarreta, em grande parte dos casos, ao direcionamento dessas pessoas a situações de extrema vulnerabilidade e exposição, muitas vezes tendo como única possibilidade econômica a prostituição. O que as mantém em uma posição insegura e expostas a uma série de riscos tanto por questões ligadas à profissão sexual, quanto à violência urbana propriamente dita.

Para esse grupo em questão, o espaço público é sinônimo de insegurança e incerteza. Segundo Benevides (2024, p.68) ele “continua sendo o mais perigoso e com o maior número de casos de assassinatos contra pessoas trans, principalmente em ruas e avenidas. Havendo ainda diversos corpos que foram encontrados em terrenos baldios e obras abandonadas [...]”. Não há nenhuma garantia, porém, que crimes de ódio como os apontados no dossiê iriam acabar se tivesse maior investimento em infraestruturas urbanas e espaciais nas cidades. No entanto, poderia garantir uma melhora nas condições locais, proporcionando uma visão de menos insegurança nas ruas e favorecendo a uma maior possibilidade de detectar o perigo ou possíveis agressores com maior tempo de fuga, dando uma margem maior para sobrevivência em situações de risco.

### **Materiais e métodos**

Este trabalho tem como modelo metodológico o hipotético/dedutivo centrado na interpolação estimativa de densidade. Conforme dito anteriormente, é um recorte de um estudo mais amplo que discutiu sobre indicadores de qualidade física do espaço com a concentração de violência baseada em gênero e raça/cor (Nóbrega, 2022). Para este artigo, foram apresentados os resultados referentes a travestis, homens e mulheres trans e pessoas não binárias, tendo como grupo comparativo os dados sobre homens cis, em decorrência de sua situação de privilégio social trazida pela leitura de gênero.

A base de dados foi produzida a partir de um questionário aplicado pela plataforma *Google forms* entre novembro (2021) e maio (2022), com um total de 358 participantes. Sua estrutura continha informações sobre o perfil social — critérios da amostra que englobam gênero, orientação sexual, idade, renda e outros —, percepção sobre segurança urbana e as próprias experiências com violência. Como resultado, obteve-se um total de 510 casos mapeados, considerando todos os grupos, dos quais serão apresentados aqui 138 (população trans) e 93 (homens cisgênero).

A conversão de dados alfanuméricos para espaciais foi realizada no Qgis 3.22, um software que utiliza o sistema de informação geográfica (SIG) no georreferenciamento dos pontos. Com a disposição dos casos ao longo dos bairros estudados partiu-se para a interpolação de densidade estimativa (*Kernel Heatmap*) para quantificar a concentração dos casos. Essa etapa considera uma ponderação de pesos em um raio métrico (no caso deste trabalho foi usado  $R = 500$  m), evidenciando a concentração de um fenômeno representado via pontos vetoriais. Assim, torna-se possível entender como é o padrão de concentração e quantos casos se relacionam em uma área predefinida.

Vale salientar que este trabalho considera apenas a conexão espacial entre as situações de violência. Dessa maneira, não houve a atribuição de pesos individuais a nenhum dos pontos. Ou seja, cada um dos vetores correspondia única e exclusivamente a um caso, embora houve situações de quase sobreposição como, por exemplo, na Praça da Paz que continha mais de 4 situações. Além disso, foi utilizada a forma quártica do interpolador por sua ponderação com queda proporcional para redução de efeito de borda, conforme pode ser visto em outras aplicabilidades nos estudos de Rizzatti *et al.* (2020) e Souza *et al.* (2013).

Ademais, através da plataforma *Geofabrik*, foi realizado o download do modelo viário *RCL* que é caracterizado como linhas vetoriais centralizadas nos eixos das vias e utiliza como base o material da plataforma colaborativa *openstreetmap*. Com acesso à malha viária do Nordeste, foi realizada uma simplificação da base para apenas as ruas de João Pessoa, permitindo seu processamento segundo a teoria da lógica social do espaço, usando a análise sintática do espaço.

Por sua vez, a lógica social do espaço tem como objetivo compreender como a forma e a configuração podem impactar e direcionar fenômenos sociais. Uma vez que diferentes organizações do espaço irão proporcionar resultados únicos com relação a facilidade de locomoção dentro do conjunto espacial (Hillier e Hanson, 1984). E, em uma aplicação prática, considera a análise sintática que possibilita a leitura quantitativa de atributos como a acessibilidade topológica, níveis de escolha e integração para o movimento potencial, conforme apresentado nos trabalhos de Nascimento, Dantas e Trigueiro (2023) e Donegan e Silva (2023) que exploram possibilidades metodológicas da teoria.

Dessa maneira, buscando compreender como se relacionam os aspectos de integração e movimento potencial com a concentração dos casos de violência, foi realizada a aplicação da análise angular de segmentos, com raio global no software *Depthmap X*. Após o processamento, a base de dados foi exportada em formato *MapInfo (.mif)* e convertida para *shapefile (.shp)* para reinserção no Qgis 3.22 e trabalho gráfico da informação, além da sobreposição com as experiências de violência.

## Definição do recorte

Como se objetivava entender as relações entre características de movimento e a concentração de violência ao redor dos campi universitários, foi definido um recorte dentro da zona sul da cidade pela proximidade entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), conforme a Figura 1 apresenta.

Dessa maneira, foi gerado um raio de influência de três quilômetros a partir das feições vetoriais dos limites dos campi que foram construídos via sensoriamento remoto. Porém, caso fossem considerados quaisquer bairros que fossem tocados por essa região de influência, o recorte seria composto por trinta e dois bairros, totalizando metade dos presentes na cidade. Assim, como critério de qualificação, foi definido que apenas os bairros que tivessem mais da metade de seus territórios englobados pelo raio de influência de ambos os campi é que participariam da pesquisa. Assim, o recorte do estudo foi reduzido a um total de oito bairros: Água Fria, Anatólia, Bancários, Castelo Branco, Cidade dos Colibris, José Américo, Jardim Cidade Universitária e Jardim São Paulo.

No entanto, o bairro Mangabeira foi acrescido ao recorte por considerar que houve impacto em prol de sua vastidão territorial, mas que ainda assim apresentava relação forte com os dois raios, principalmente em relação ao UNIPÊ. Além disso, é uma região caracterizada como importante destino de população universitária em prol de seu baixo custo de vida, sendo um bairro de relevância para o público alvo do estudo.

## Resultados sobre aspectos sociais da amostragem

Considerando o total de respondentes do questionário, pessoas trans compreenderam pouco mais de treze por cento (13%) da amostra, totalizando quarenta e oito (48) participantes. E, como grupo em comparação, homens cisgêneros corresponderam a trinta e um por cento (31%), totalizando 120 participantes. Embora exista uma diferença quantitativa considerável, ela é reduzida ao se referir à violência em si. Na transição entre a seção de percepção sobre elementos de segurança e mapeamento das experiências, havia uma questão sobre já ter sido vítima e caso a resposta fosse negativa, o questionário seria encerrado. Aplicando-se a mesma mecânica para responder se as experiências haviam sido no recorte estudado, em caso negativo o questionário também chegava ao fim.

Dessa maneira, houve uma redução do contingente amostral dos respondentes totais para aqueles que seguiram para a etapa final sobre os lugares em que foram vítimas da hostilidade urbana. Assim, o contingente que representa os homens cisgêneros passou para 21 participantes e o de pessoas transgêneras passou para 26. Há, ainda, uma questão de destaque que apresenta a média de experiências por pessoa, havendo uma divergência de quase um ponto ao se considerar homens cisgêneros (4.42 casos em média) e pessoas trans (5.30 casos em média). Vale salientar que dentro das experiências de homens cisgêneros, aqui utilizadas como grupo de comparação dada a situação de privilégio pela identidade de gênero, englobam os casos mapeados por homens gays, bissexuais, panssexuais e assexuais. Além disso, também consideram os casos de homens pretos, pardos e indígenas. Dessa maneira, embora estejam em uma situação de privilégio trazida pela sua percepção de gênero, uma parcela ainda

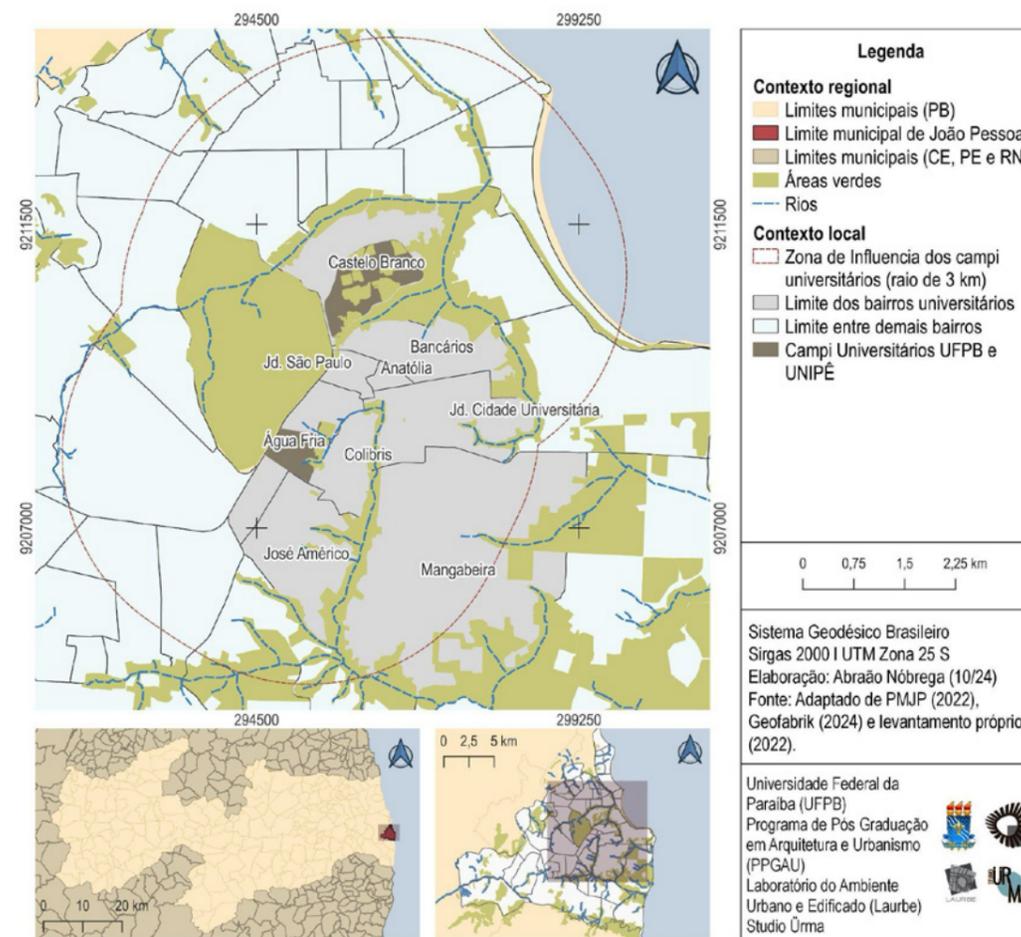


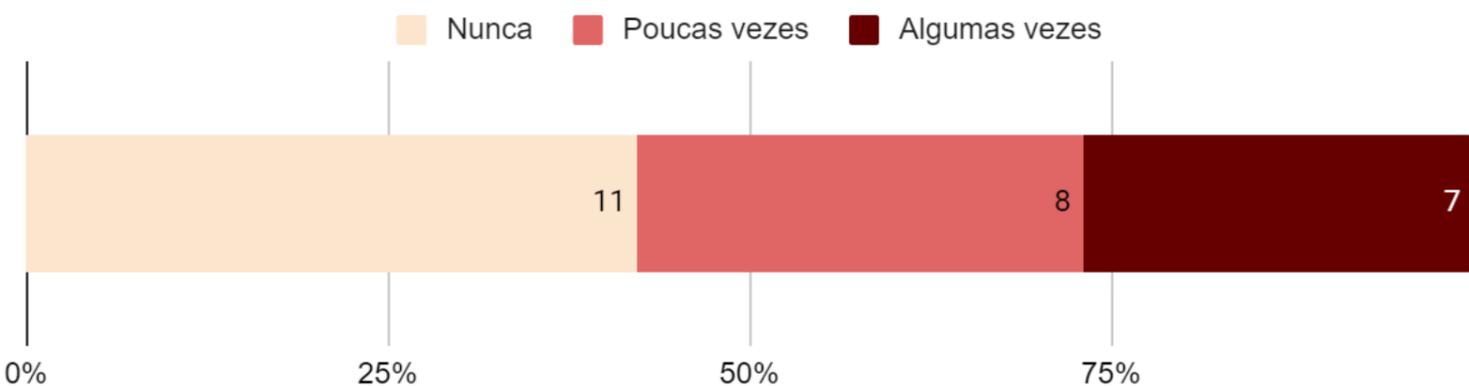
Figura 1 - Localização da zona de estudo. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados da PMJP (2022) e IBGE (2024).

vivencia opressões estruturais por motivos de raça/cor e/ou orientação sexual.

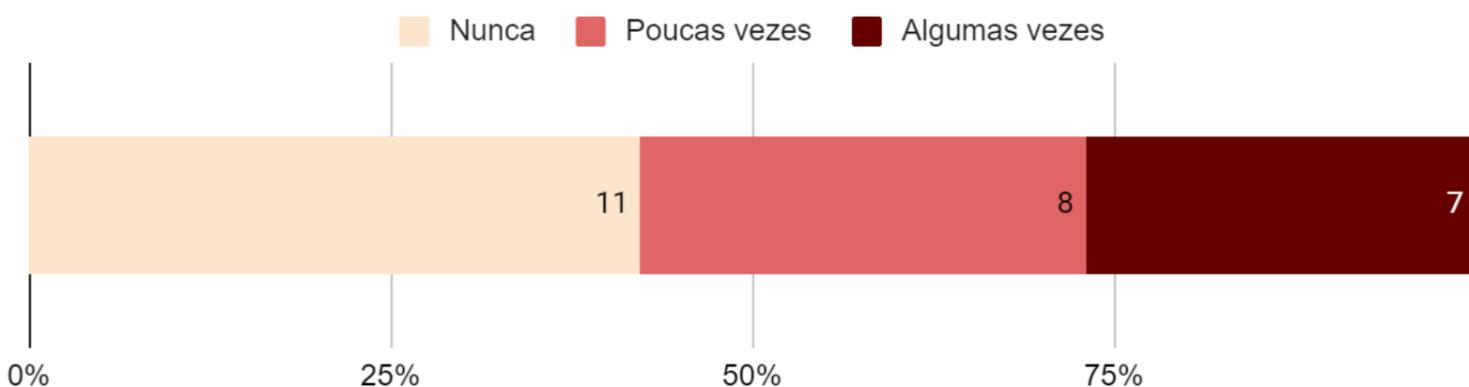
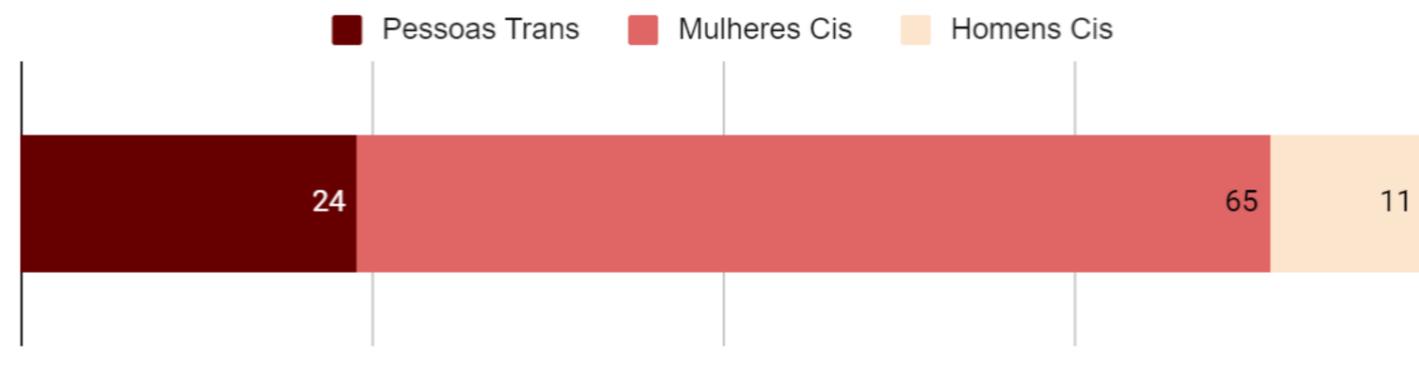
Dito isso, além de considerar a maior possibilidade de serem vitimadas por comportamentos violentos, em prol da média de casos por participante, ao se observar a relação entre tipos de hostilidades, pessoas trans constituíram o grupo mais afetado em situações de tentativas ou agressões físicas e sexuais, conforme a Figura 2 apresenta. Cabe pontuar que nos casos referentes aos demais grupos, as situações de violência física e sexual estão alinhadas majoritariamente a homens e mulheres da comunidade LGBTQIAP+, potencialmente reforçando que os ataques físicos (embora também recorrentes), foram alinhados a uma mesma matriz de ódio que é direcionada a pessoas transgêneras.

Já sobre violências verbais (Figura 3), embora mulheres cis sejam o principal público afetado — o que era uma situação esperada, dada a banalização do assédio na sociedade —, pessoas transgêneras foram o segundo grupo com maior recorrência. O grupo também apresentou uma frequência mais elevada do que violências físicas, atingindo inclusive o nível máximo.

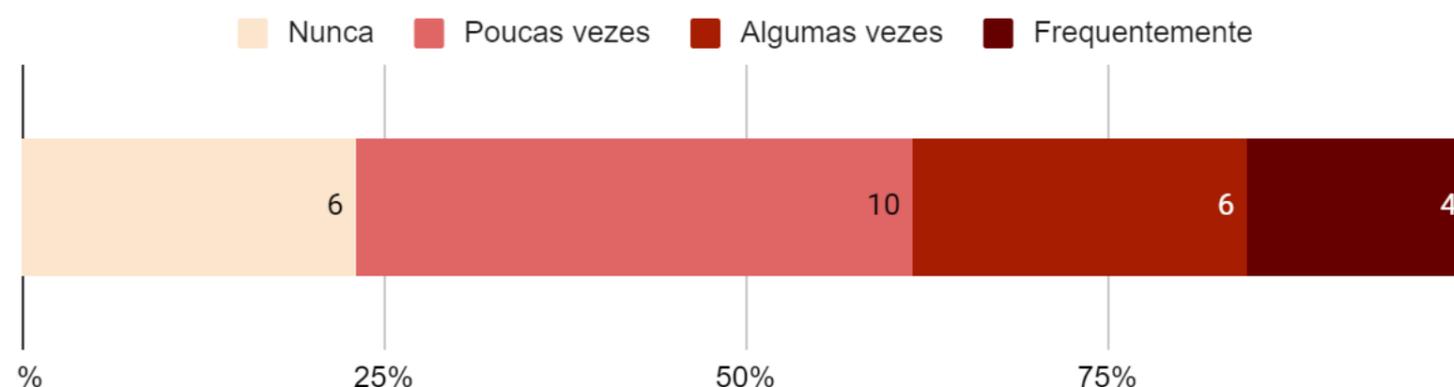
Essa dualidade alimentou a hipótese de que diferentes tipos de violência se concentram em eixos de movimento potencial distintos. Dessa maneira, situações como hostilidades verbais ou comportamentais teriam uma maior tendência a serem recorrentes em eixos de intenso fluxo, o que possibilitaria se esconder entre outros passantes, disfarçando-se numa possível multidão. Já situações com agressão física e/ou sexual propriamente



Número de pessoas trans vítimas de violência física e sexual com base na frequência de ocorrência



Número de pessoas trans vítimas de violência física e sexual com base na frequência de ocorrência



Número de pessoas trans vítimas de violência verbal com base na frequência de ocorrência

Figura 2 - Gráficos comparativos dos grupos em relação à vitimização perante situações de violência física e sexual. Abaixo, apresenta também a distribuição da frequência para pessoas trans. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de Nóbrega (2022).

ditas, que seriam parte de uma tipificação mais direta, teriam concentração em vias mais segregadas, com menor fluxo e, conseqüentemente, com menor chance de haver testemunhas, também dificultando a possibilidade de fuga para as vítimas.

### Resultados sobre o espaço físico e o geoprocessamento de dados

Diante da disposição e georreferenciamento dos casos de violência, aliado à devida sobreposição com a malha viária, conforme o processamento da ASA, percebeu-se diferentes pontos de concentração dos vetores em relação aos arquétipos de movimento potencial (Figura 4). O achado vai parcialmente de acordo com a hipótese central da pesquisa, uma vez que pessoas transgêneras apresentam concentrações de casos ao longo de regiões de média-baixa integração, conforme os recortes A e B da Figura 4 apresentam, mas também com média ou média-alta. Por isso, especulou-se sobre as diferentes situações e possíveis causas.

O recorte é dividido, de maneira longitudinal, por um conjunto de vias estruturantes com níveis mais elevados de integração. Elas são: Rua Bancário Sérgio Guerra (RBSG), Rua Walfredo Macedo Brandão (RWMB) e a Rua Josefa Taveira (RJT). Esse eixo viário longitudinal perpassa os bairros Anatólia, Bancários, Jardim São Paulo, Jardim Cidade Universitária e Mangabeira, tendo um intenso fluxo diário. Essa dinâmica, conforme defende Hillier (2007), apresenta um potencial de atração para atividades comerciais,

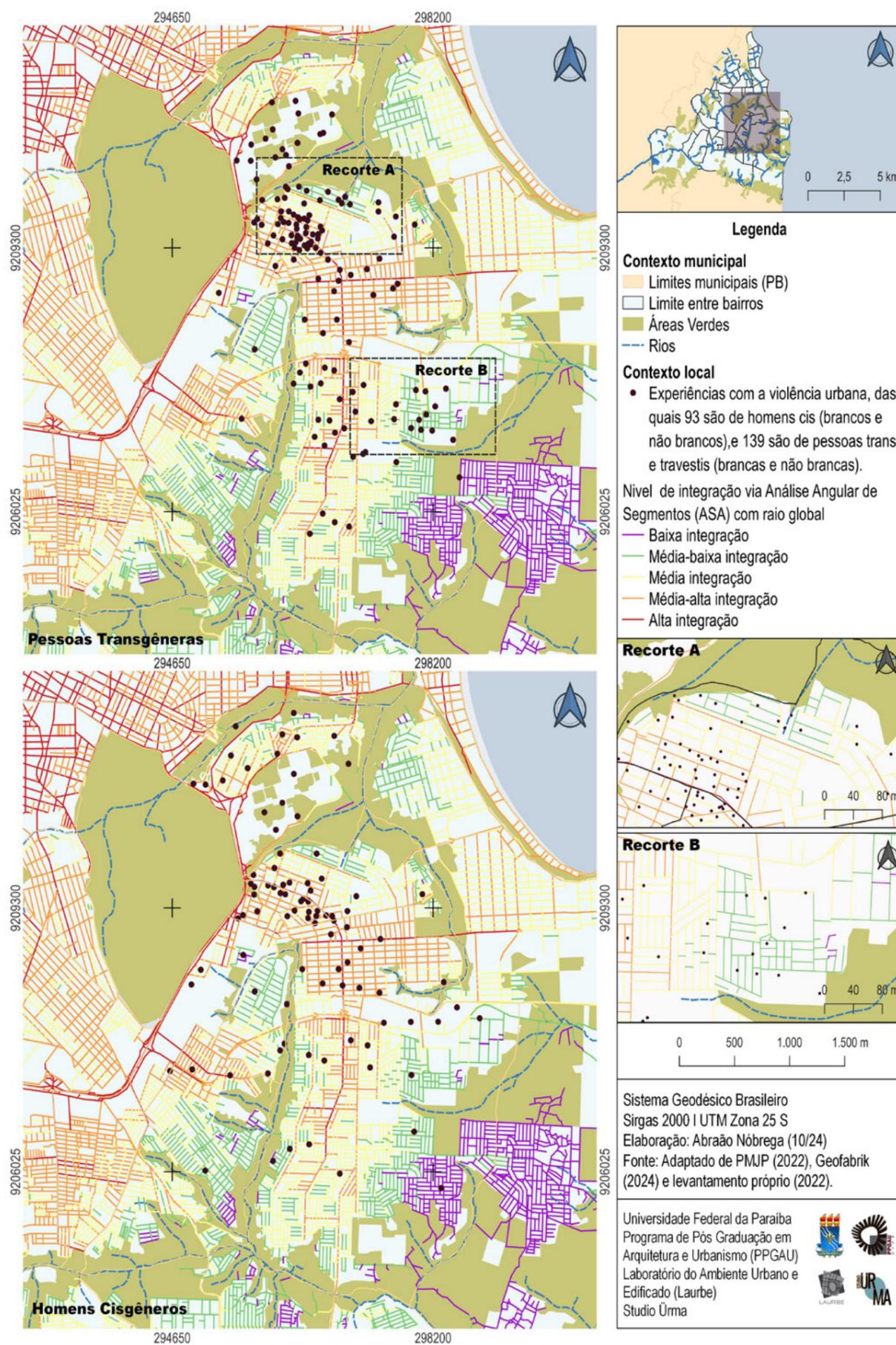
de prestação de serviços e do ramo alimentar, conforme o autor define como os usos que procuram movimento.

O entorno direto das vias, ou seja, as quadras que as tangenciam em ambos os sentidos, são majoritariamente caracterizadas por atividades não residenciais, indo de encontro aos apontamentos de Hillier (2007). Tendo uma rápida substituição por atividades habitacionais à medida em que aumenta a distância para esse eixo altamente integrado. Para além disso, tangenciando a RBSG, há a Praça da Paz, um espaço público de intensa atração de movimento e que é referência local como uma territorialidade LGBTQIAP+. E ao considerar as violências próximas aos eixos de média-alta ou alta integração, destaca-se a concentração mais expressiva na própria praça e suas imediações diretas.

Sendo assim, entendeu-se que em prol de uma maior concentração de atividades e de um espaço de referência para a população LGBTQIAP+, haveria uma maior concentração de pessoas trans nas imediações das vias integradas. Como consequência de uma maior presença também há a maior possibilidade de que aconteçam situações LGBTQfóbicas, racistas ou semelhantes. No entanto, em resposta aos elementos espaciais que garantem uma melhor qualidade ambiental, como espaços públicos diversos, diversidade de funções, boa iluminação e outros; compreendeu-se que as situações próximas aos eixos mais integrados poderiam ser de ordem verbal ou comportamental, representando um menor potencial ofensivo para as vítimas.

Figura 3 - Gráficos comparativos dos grupos em relação à vitimização perante situações de violência verbal. Abaixo, apresenta também a distribuição da frequência para pessoas trans. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de Nóbrega (2022).

Figura 4 - Sobreposição entre casos de violência mapeados e a análise angular de segmentos (HH-Rn). Acima, resultados sobre a população transgênero, com destaque de dois recortes ampliados no painel lateral direito. Abaixo, resultados sobre homens cisgêneros. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de PMJP (2022), Geofabrik (2024) e levantamento próprio (2022).



Já com relação aos recortes que vão de acordo com a hipótese do trabalho, entendeu-se que possivelmente as regiões de maior segregação da malha viária refletem os comportamentos hostis de ordem física e/ou sexual. Uma vez que, ao se observar as situações do grupo de controle, ou seja, homens cisgêneros, percebeu-se que as violências mapeadas em regiões de menor integração viária são mais pontuais e dispersas. Homens cis apresentaram maior afinidade de casos de violência ao longo dos eixos de valores altos e médio-altos.

O que reforça a suposição de que os espaços integrados refletem as situações de menor potencial ofensivo, uma vez que, considerando a interseccionalidade de fatores, os homens cis englobaram tanto vítimas de LGBTfobia quanto de racismo. No entanto, a Praça da Paz, também pode refletir a possibilidade do acontecimento de todos os tipos de violência mapeadas em prol da vida noturna, dada a concentração de bares e atividades atreladas ao consumo de bebidas alcoólicas, além da venda de drogas ilícitas.

Com relação ao perfil de disposição dos casos, percebe-se outras configurações marcantes. Há o destaque para uma repetição maciça que compreende todo o limite do campus da UFPB, sendo uma situação que foge ao escopo deste trabalho, visto que aqui se observa a relação com a concentração de movimento potencial na malha viária. No entanto, não se pode deixar de considerar o quanto a universidade é um atrator de movimento e, por isso, reflete uma dinâmica de alto fluxo e de longa permanência durante o dia. Sendo assim, embora não seja diretamente conectado à malha viária, essas experiências de violência reproduzem-se em uma dinâmica espacial de maior intensidade potencial de movimento. E, considerando o ambiente em que ocorreram, entendeu-se que, majoritariamente, eram de ordem comportamental ou verbal.

Dito isso, as duas concentrações de violências transfóbicas predominantes em trechos da malha viária segregados refletem a espaços de maior dificuldade de acesso e de movimentação ao se considerar a escala global do sistema. Ambos os casos tem como tipologia viária mais representativa as de uso local, havendo especificidades. No recorte A há presença de fluxo moderado por causa da configuração morfológica do Bancários. Uma vez que a RBSG conecta outros bairros da Zona Sul (como o Jardim Cidade Universitária e Mangabeira), a equipamentos como a UFPB e em horários de pico há engarrafamentos e trânsito lento, sendo utilizado as ruas do recorte A como alternativa. Há pouca presença de atividades para além do residencial e em 2024 está sendo realizada uma implementação de parque linear e obras de mobilidade que, potencialmente, mudarão a configuração de usos e de integração viária em um intervalo de 5 anos.

O recorte B reflete uma lógica tipológica semelhante, tendo também um fluxo mais baixo. No entanto, em dinâmica de usos apresenta alguma pequena variação para além das habitações, tendo a presença da sede do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-PB) como um importante marco. Porém, as imediações do equipamento são de grandes lotes ociosos e com presença de muros que reduzem a permeabilidade e conectividade na região.

Como maneira de reforçar a percepção da conexão entre espaços segregados e a concentração de casos de violência, foi realizada a interpolação estimativa de densidade (*kernel heatmap*). A Figura 5 apresenta o padrão da densificação dos casos de hostilidade mapeados, havendo uma sobreposição novamente com a malha viária

processada via ASA. Há uma concentração expressiva de casos, tida como a área crítica, que se expande longitudinalmente pelo território, englobando integralmente o bairro Anatolia e grande parte dos Bancários, Castelo Branco e Jardim São Paulo.

A configuração da principal mancha — que reflete a maior densidade do fenômeno —, representa tanto os casos próximos aos eixos de maior integração quanto os de maior segregação. Dá a entender que as zonas de influência referentes a diferentes tipologias de hostilidade ante pessoas transgêneras se sobrepõem, ultrapassando os limites de suas próprias categorias, o que denota a um problema transversal que extrapola a esfera física do espaço.

Há ainda a configuração de outras duas regiões críticas, porém com menor escala, como pode ser observado na Figura 5 através do tom mais intenso na escala cromática utilizada. Embora a dimensão delas seja de menor abrangência espacial e, conseqüentemente, não se conectem diretamente, elas ratificam a dinâmica de concentração de casos tanto em um eixo de maior movimento, quanto em uma região mais segregada.

Ambas estão localizadas no bairro Mangabeira. A da esquerda está atrelada à Rua Josefa Taveira, enquanto a da direita ao entorno da sede do DETRAN-PB. Respectivamente falando sobre elas, a primeira engloba um trecho de um dos eixos viários estruturantes do bairro, conseqüentemente, concentrando uma dinâmica de atividades do solo com maior diversidade, embora que majoritariamente se encaixem em usos comerciais e de prestação de serviço. A segunda, por sua vez, estabelece-se com uma dinâmica mais monofuncional, predominantemente habitacional com algumas atividades comerciais, mesmo que apresente uma atração de fluxo em consequência das atividades do DETRAN e de espaços práticos de estudo das autoescolas no entorno do equipamento.

Porém, diferentemente do perfil da violência contra homens cisgêneros, há maior clareza na delimitação de quais são as regiões problemáticas. Uma vez que, no caso de homens cisgêneros, a concentração de casos no que é definida como a região crítica tem uma mancha predominante, tendo também concentrações pontuais dispersas em múltiplas regiões da zona de estudo. Além disso, percebeu-se que havia mais relação com maiores níveis de integração viária, distribuindo as múltiplas pequenas concentrações ao longo de eixos como a Rua Bancário Sérgio Guerra, no bairro Bancários, ou a Avenida Hilton Souto Maior, nos bairros Cidade dos Colibris, José Américo e Mangabeira.

Como as violências contra pessoas trans apresentaram múltiplas conexões em relação a diferentes padrões da configuração e integração viária, indica a necessidade de estudos direcionados a entender outras relações para além do aspecto do movimento. Dessa maneira, englobando variáveis como a permeabilidade das interfaces de comunicação entre massa edificada e espaço público, densidade de acesso físico às edificações, dinâmicas de usos do solo, presença de ambientes de socialização e configuração de territorialidades LGBTQIAP+ no espaço urbano.

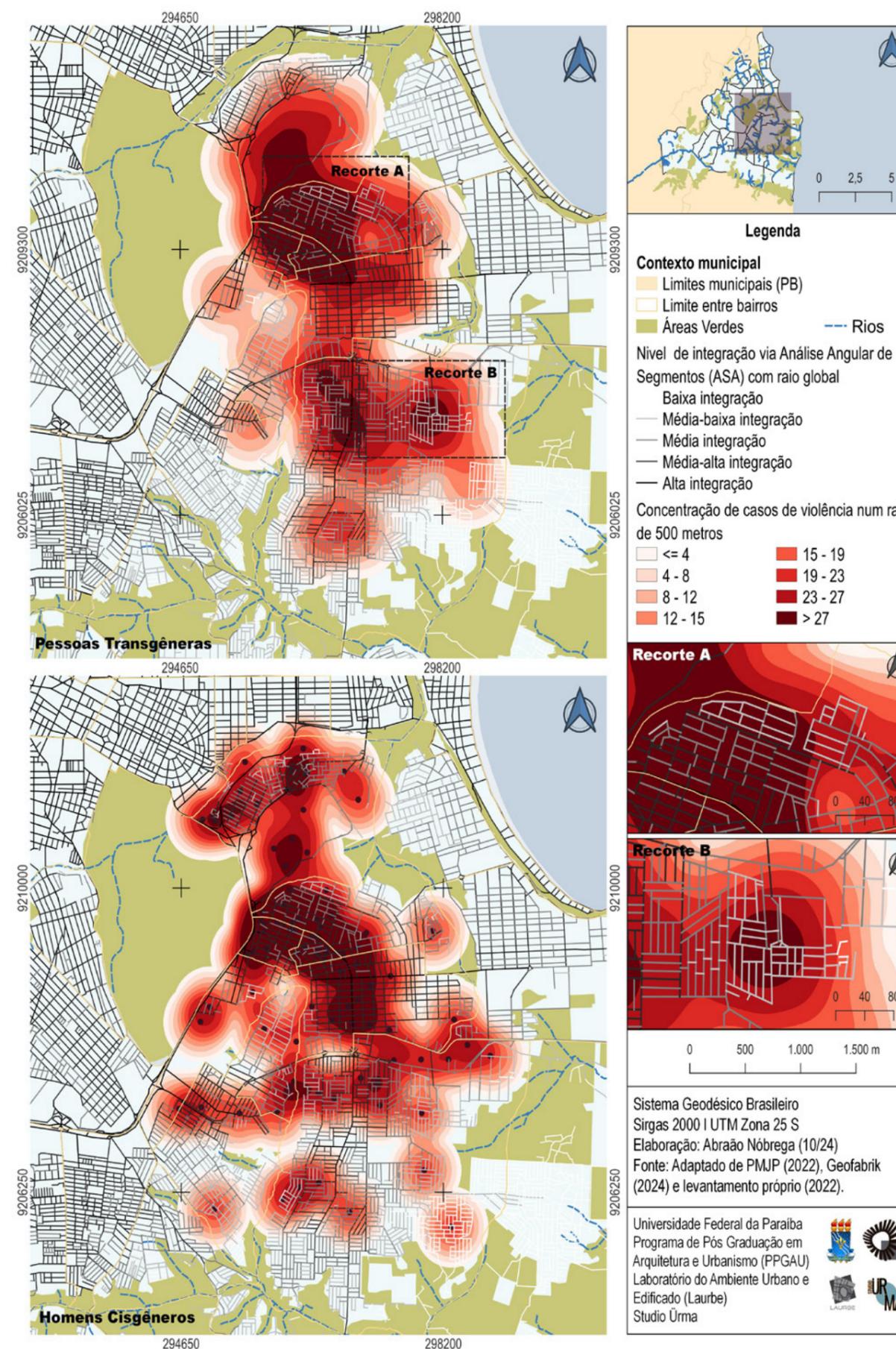


Figura 5 - Sobreposição entre a concentração estimativa dos casos de violência mapeados, considerando raio de abrangência de 500 metros a partir de cada ponto com a análise angular de segmentos (HR-Rn). Acima, resultados sobre a população transgênero, com destaque de dois recortes ampliados dispostos no painel lateral direito. Abaixo, resultados sobre homens cisgêneros. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de PMJP (2022), Geofabrik (2024) e levantamento próprio (2022).

## Considerações finais

Este trabalho trouxe reflexões sobre como elementos do espaço podem apresentar conexões com padrões de violência para diferentes grupos sociais, aqui lidando com maior enfoque com pessoas trans. Ficou em evidência que ao ser parte de uma minoria social é possível que espaços mais segregados e com menor fluxo de movimento (mesmo sendo potencial), signifique uma maior vulnerabilidade e risco para vivenciar a violência física. Porém, problemáticas como essa não estão apenas na alçada de planejadores, urbanistas e outros profissionais da área.

Lidar com uma questão tão enraizada na sociedade como é a transfobia, denota uma reforma não apenas na qualidade física do espaço para garantir maior segurança e possibilidade de socorro em situações de risco. É necessária também uma reforma no imaginário social coletivo para remodelar o modo de pensar a respeito dessa condição humana, colocando-a também em um patamar de normalidade, deixando de ser algo visto como distante à norma padrão, como uma transgressão.

Dito isso, fica evidente a importância de uma modificação na forma de pensar e de produzir o espaço urbano e edificado. Continuar alimentando o medo como estratégia fundamental apenas impacta na vida urbana de todos os indivíduos, principalmente quando são geradas ruas vazias, escuras e com pouca permeabilidade e conexão com a malha. Claro que alguns grupos sofrem com as consequências mais fortemente do que outros, pois, ao se considerar a hierarquia social presente na contemporaneidade, quem está em espaços de poder e decisão normalmente são homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e de classe média-alta. Sendo assim, o modo de pensar a cidade, a distribuição dos elementos de infraestrutura e a configuração dos espaços públicos, naturalmente, refletem sua perspectiva de mundo e necessidades. E, dificilmente, englobarão questões que lhes passam despercebidas graças ao sistema de privilégios sociais que lhes garante maior noção de segurança ao estar em ambientes públicos.

Sendo assim, dar voz e força a um urbanismo feminista e *queer*, socialmente inclusivo, pode ser uma margem de esperança para um futuro menos violento e banhado com o sangue das vítimas de crimes de ódio. Uma vez que, a lógica feminista e *queer* de planejamento subverte o padrão existente, passando a considerar especificidades atreladas às necessidades e atividades diretamente relacionadas aos papéis de gênero impostos pela sociedade. Dessa maneira, promovendo parâmetros para melhoria da permeabilidade nas ruas, do fomento à diversidade de funções e públicos, do aumento do capital social, de maior distribuição de espaços sociais e de mobiliários urbanos de apoio e descanso. Tais ações promovem maior segurança a grupos socialmente minorizados, principalmente no tocante à questão de gênero.

Com essa subversão e mudança de paradigmas no planejamento e execução dos espaços urbanos, seria possível uma melhora gradual da visão coletiva da insegurança no meio público. E auxiliada por ações sociais e uma reforma da educação de base que rompesse com os paradigmas e dogmas enraizados no imaginário popular, tornar-se-ia possível também uma mudança na perspectiva da incerteza da vida pelo preconceito. Afinal, parafraseando a filósofa Djamilia Ribeiro<sup>8</sup>, enquanto pessoas trans seguirem como alvos de constantes ataques, ninguém estará em segurança.

<sup>8</sup> A paráfrase faz referência à obra “Quem tem medo do feminismo negro?” (Ribeiro, 2018).

## Referências

- ANDRADE, Patrícia Alonso. Quando o design exclui o Outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n.134.05, jul. 2011.
- ARENDR, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 121p.
- BENTO, Cida *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, Editora 34, 2003. p. 211-301.
- CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 6, 1997, Buenos Aires. *Anais 6 Encontro de Geógrafos da América Latina*. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras, 1997.
- DIAS, Shayenne Barbosa; JESUS, Cláudio Roberto. Cidade hostil. *Revista Geografias*, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 26-50, 15 abr. 2022.
- DONEGAN, Lucy; SILVA, Felipe Tavares. Limites e centralidades: investigando modelos de cidades com diferentes delimitações. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados*. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023. Cap. 3. p. 76-103.
- G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.html>. Acesso em: 22 out. 2024.
- G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.html>. Acesso em: 22 out. 2024.
- GAMRANI, Sarah. TRIBOUILLARD, Clementine. *Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas*. [S.I.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2021.

GOMES, Diógenes Farias; OLIVEIRA, Lúcia Conde; DIAS, Maria Socorro de Araújo. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i2.1667.

GUILLEMAUT, Christine. *Guide Référentiel 2: genre e espace public*. Paris: Ville de Paris, 2021.

HILLIER, Bill. *Space is the machine*. London: Space Syntax Ltd., 2007.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The Social Logic of Space*. Cambridge: University Press, 1984.

MARTINS, Matheus de Oliveira; FERNANDES FILHO, Francisco Nilton Vieira; BARROS, Amélia de Farias Panet. Territórios de lazer LGBT+ na cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | Rbdu*, [S.L.], p. 235-247, 30 jun. 2020.

MIRANDA, Julia Vansetti; VAN NES, Akkelies. Sexual Violence in the City: space, gender, and the occurrence of sexual violence in rotterdam. *Sustainability*, [S.L.], v. 12, n. 18, p. 7609, 15 set. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Costa; DANTAS, George Alexandre Ferreira; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Atratores urbanos, acessibilidade e dinâmica de precificação imobiliária na região metropolitana de Natal, RN: o caso de São Gonçalo do Amarante. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados*. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023. Cap. 2. p. 45-75.

NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* Investigação sobre critérios de avaliação da caminhabilidade sob a perspectiva de gênero. In: SIUU, 24, 2023. Recife. *Anais XIV SIUU*. Recife, 2023.

NÓBREGA, Abraão Pinto de Oliveira. *A rua dá medo! Mapeamento da hostilidade urbana com base em gênero e etnia em bairros da zona sul de João Pessoa, PB*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2022.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. O crime de ódio contra LGBTs no Brasil: algumas hipóteses interpretativas. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 10, n. 14, 2017.

PRADO, Nathalie. Gênero e políticas de mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano.. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2021, Brasília. *Anais VI ENANPARQ*. Brasília: Fau-Unb, 2021. p. 1299-1315.

RIBEIRO, Djamila *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIZZATTI, Maurício *et al.* Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. *Metodologias e Aprendizado*, [S.L.], v. 3, p. 44-53, 12 jun. 2020.

SOUZA, Nicolas Pereira *et al.* Aplicação do Estimador de Densidade Kernel em Unidades de Conservação na Bacia do Rio São Francisco para análise de focos de desmatamento e focos de calor. In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 16., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*. Inpe, 2013. p. 4958-4965.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria Da segregação à fragmentação socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Cap. 11. p. 273-302.

TGEU, Transgender Europe. *Trans Murder Monitoring 2023 Global Update*. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/> Acesso em: 28/06/24.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

URIAS. *Andar em paz*. Rio de Janeiro: Warner Chappell Brasil, 2019 (3:35 min).